



Agentes, espaços e poderes em disputa: um olhar sobre estratégias de resistência do Jornalismo a tentativas do Executivo de driblar o direito à informação

Agents, spaces, and powers in dispute: a look at journalism's resistance strategies to attempts by the Executive to circumvent the right to information

Gabriel Landim ^{a, *} 

Iluska Coutinho ^a 

RESUMO: Se a imprensa é considerada o "Quarto Poder" – atribuído pela sociedade e distinto daqueles de natureza constitucional – por fiscalizar os três poderes da República, com o avanço da internet o público ganha força, tem inúmeras possibilidades de compartilhamento de conteúdos e passa a monitorar o trabalho dos jornalistas, possibilitando um “Quinto Estado” (Dutton, Dubois 2015). No espaço público midiático, ampliado com as redes sociais digitais, há agentes em disputa por espaços e circuitos de circulação de notícias. Entre as marcas desse tensionamento, destacam-se as ações de descredibilização e questionamento do trabalho do jornalista. Tal descompasso entre avaliações do que deveria ser noticiado têm resultado em conflitos e crescentes ataques à imprensa. Como resposta do Jornalismo, esses casos passaram a ser noticiados. Em 2020, foi exposto na TV o esquema "Guardiões do Crivella" organizado para atrapalhar o trabalho da imprensa. No artigo, evidencia-se o conflito narrado em uma reportagem especial do Jornal Nacional da TV Globo, buscando compreender as estratégias utilizadas pelo telejornal na defesa da liberdade de imprensa. Observou-se os elementos utilizados na construção da narrativa por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho 2018) e de entrevistas realizadas com jornalistas da emissora. Por meio do conceito de Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho 2012), evidenciou-se que em um cenário de disputa pela informação, jornalistas tornaram-se vítimas, mas também narradores dos atentados ao Jornalismo. A análise apontou o fortalecimento da imagem dos profissionais como referência para a difusão de notícias e evidenciou o risco do cerceamento à imprensa para a democracia.


Palavras-chave: Violência Contra a Imprensa; Mediação Cultural; Quarto Poder; Descredibilização; Estratégias Narrativas.

ABSTRACT: If the press is considered the "Fourth Power" – assigned by society and distinct from those of a constitutional nature – for overseeing the three powers of the Republic, with the advancement of the internet, the public gains strength, has countless possibilities for sharing content and starts to monitor the work of journalists, enabling a “Fifth State” (Dutton, Dubois 2015). In the mediatized public space, expanded with digital social networks, agents are in dispute for spaces and news circulation circuits. Among the marks of this tensioning, the actions of discrediting and questioning the work of the journalist stand out. Such a mismatch between assessments of what should be reported has resulted in conflicts and growing attacks on the press. As a response from Journalism, these cases began to be reported. In 2020, the "Guardians of Crivella" scheme organized to disrupt the work of the press was exposed on TV. In the article, the conflict narrated in a special report by Jornal Nacional on TV Globo is highlighted, seeking to understand the strategies used by the television news to defend freedom of the press. The elements used in constructing the narrative were observed through the Analysis of Audiovisual Materiality (Coutinho 2018) and interviews with journalists from the station. Through the concept of Dramaturgy of Telejournalism (Coutinho 2012), it was evidenced that in a scenario of dispute for information, journalists

^a Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Gabriel Landim. E-mail: gabriellandim@outlook.com. Endereço/Address: Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.

Recebido em/Received: 31/08/2023; Aprovado em/Approved: 23/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

became victims, but also narrators of attacks on Journalism. The analysis pointed to the strengthening of

the image of professionals as a reference for the dissemination of news and highlighted the risk of restricting the press for democracy.

Keywords: Violence Against the Press; Cultural Mediation; Fourth Power; Damage for Credibility; Narrative Strategies.

INTRODUÇÃO

O avanço dos meios de comunicação permitiu ao Jornalismo ganhar espaço na rotina das pessoas e conquistar a confiança do público. Com a institucionalização das mídias de massa – discussão proposta por Stig Hjarvard (2012, 2015) – suas produções passaram a impactar a vida das pessoas e de outras instituições sociais já existentes, como família, religião e política. Foi neste contexto que o Jornalismo ganhou força e função pública, ao defender os interesses da população. Para além da objetividade, da apuração e da precisão, sua qualidade também foi sendo associada ao seu poder fiscalizador. Com essa credibilidade construída, segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003), a imprensa passou a munir a sociedade de informação, ajudar a nortear as ações das comunidades e contribuir na formação de opinião. Tamanha força alcançada pela imprensa foi alavancada, sobretudo, por meio da televisão. A TV permitiu interatividade entre os jornalistas e o público, e mostrou-se uma intercessora para as demandas da sociedade. De acordo com Nelson Traquina (2005), os *media* noticiosos, por monitorarem as ações dos três poderes da República, foram considerados o “Quarto Poder” – atribuído pela sociedade, distinto daqueles de natureza constitucional.

No entanto, com o avanço da internet, o público teve acesso a um volume de informações mais amplo, diverso e nem sempre seguro. O meio permitiu que os usuários também pudessem manifestar suas opiniões. Com amplas possibilidades proporcionadas pela internet, as *affordances* tal como conceituadas por Gibson (1977), o poder da informação seria descentralizado para além da mídia tradicional. Consequentemente, os valores-notícia, antes tributário da cultura profissional e do ambiente das redações de Jornalismo, agora é colocado em discussão, já que qualquer internauta pode avaliar o que vale ser compartilhado (noticiado), de acordo com suas convicções, ainda que esse critério não seja coincidente com o noticioso. Para William Dutton e Elizabeth Dubois (2015), esse público ganhou força, principalmente, com o advento da internet, que permitiu posicionamentos livres e dinâmicos. Neste contexto, os autores defendem a existência de um “Quinto Poder”, relacionado à força do internauta nas redes, inclusive para atuar no monitoramento da imprensa (Pereira, Coutinho 2020).

Um dos reflexos desse momento contemporâneo de midiaticização são alterações nos processos de mediação cultural, com destaque para aqueles de oferta de informação noticiosa em TV. No espaço público midiaticizado, agora ampliado com as redes sociais digitais, há agentes em disputa por espaços e circuitos de circulação de notícias. Entre as marcas desse tensionamento, coloca-se em destaque ações de descredibilização e questionamento do trabalho do jornalista, de suas escolhas e condutas profissionais.

Em muitos casos, a seleção dos fatos de interesse público realizada conforme critérios de noticiabilidade próprios ao campo profissional é recusada pelo consumidor da notícia; o interesse **do** público seria, em alguns casos, diverso do interesse público, compromisso do Jornalismo. Tal descompasso entre avaliações do que deveria ou não ser noticiado têm resultado em conflitos, muitas vezes físicos, como pode ser observado nos crescentes ataques à imprensa, registrados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). De 2019 para 2020, o número de ataques mais que dobrou: passou de 208 para 428. No ano seguinte, em 2021, um novo recorde foi registrado pela Fenaj: 430 casos.

Se os episódios agressivos tiveram crescimento, também passaram a ser noticiados com mais frequência. Para isso, uma máxima das redações de Jornalismo é invertida e o jornalista passa a ser personagem das histórias narradas nas telas. Essa mudança se justifica por tais episódios serem conflitos sociais reais e, por este motivo, carregarem valores-notícia. Se para Iluska Coutinho (2012), existe uma dramaturgia no telejornalismo, em um episódio violento contra a imprensa, os repórteres assumem novos papéis: já não atuam apenas como mediadores, mas também são vítimas e, ao mesmo tempo, denunciam as ações que ferem a liberdade de imprensa e a democracia.

Foi o que aconteceu no episódio conhecido como “Guardiões do Crivella”, quando se revelou que funcionários públicos eram pagos pela prefeitura do Rio de Janeiro para atrapalhar o trabalho da imprensa durante denúncias de falhas na prestação do serviço de saúde. O caso foi apurado com detalhes e exibido em uma reportagem especial do Jornal Nacional (JN) da TV Globo, com diversos registros audiovisuais dos episódios de cerceamento às equipes.

O esquema, organizado por grupos de mensagem, foi promovido na esteira dos ataques à imprensa realizados por lideranças políticas, como o próprio ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella e o então presidente da República Jair Bolsonaro. As palavras proferidas nos episódios de hostilidade às equipes foram as mesmas utilizadas nos casos frequentes de ataques à imprensa pelo Brasil, nas ruas e na internet; a principal delas: “Globalixo”.

Nesta perspectiva, o objetivo do texto é evidenciar as estratégias narrativas adotadas pelo JN na exibição dos ataques à imprensa realizados no caso conhecido como “Guardiões do Crivella”. Deste modo, destaca-se o papel do Jornalismo profissional na defesa da liberdade de imprensa e da democracia, enquanto se reafirma seu lugar privilegiado como mediador cultural e da informação, ainda que agentes, espaços e circuitos estejam em disputa.

Para entender como o episódio foi noticiado, os conflitos apresentados, os personagens e seus espaços de fala, os recursos imagéticos utilizados e os sentidos produzidos, recorreu-se, como método, à Análise da Materialidade Audiovisual - AMA (Coutinho 2018). Deste modo, analisou-se a reportagem especial que denunciou o esquema em 31 de agosto de 2020, além das matérias veiculadas posteriormente pelo telejornal como repercussão do caso.

Em consonância com a Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho 2012), a AMA sugere que o telejornal seja compreendido a partir dos conflitos apresentados, com os diferentes personagens, símbolos e signos, que fazem parte do material audiovisual.

De modo a buscar um aprofundamento nas estratégias adotadas pelas equipes de reportagem nos ataques, nos registros dos episódios e na construção das narrativas, recorreremos ainda a entrevistas semiabertas com jornalistas da TV Globo envolvidos no caso para consolidar a pesquisa cujos resultados são descritos a seguir.¹

TV E INTERNET: TENSIONAMENTOS ENTRE QUARTO E QUINTO PODERES

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) destacam que o principal objetivo do Jornalismo é munir os cidadãos de informação para que eles possam formar opiniões e se autogovernarem: “a imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos” (Kovach, Rosenstiel 2003, p. 31).

Esse papel fundamental da imprensa foi ganhando força à medida que os meios de comunicação de massa também se estabeleceram na sociedade e conquistaram independência. Política, religião e família tinham relações diretas com as mídias de massa, de maneira a promover seus conceitos e suas regras pela sociedade. Mas, de acordo com Hjarvard (2015), ao longo dos anos, grande parte desses veículos de massa passou a não mais apenas servir a outras instituições, mas também a andar com as próprias pernas.

[...] No passado, a mídia de massa era controlada primordialmente por outras instituições sociais. Por exemplo, a imprensa política era significativamente influenciada pelas lógicas da instituição política. De maneira semelhante, muitos jornais e revistas eram parcialmente controlados pelas instituições da religião, da cultura e da ciência. Hoje, várias mídias de massa perderam parte de sua dependência de outras instituições e adquiriram um maior grau de controle sobre importantes recursos da sociedade, incluindo informação pública e atenção. (Hjarvard 2015, p. 56).

A mídia passou a dar sentido às interações entre os indivíduos. Para Hjarvard (2012, p. 77), “o acesso ao meio em si e aos modos de interação que ele disponibiliza para os participantes afetam a capacidade destes para se comunicar”. Esse poder de influência foi possível a partir do processo de midiaticização, considerado por André Goes Mintz (2019, p. 99) uma “transformação social de longo prazo decorrente de uma crescente participação da mídia na vida social”.

Com a representação da realidade realizada por meio de recursos audiovisuais, a TV tornou-se referência e permitiu criar espaços para discussões. Para que essa mediação aconteça, a TV conta com recursos capazes de promover essa interação. A influência da mídia na interação social, para Hjarvard (2015), é desenvolvida com base na teoria

¹ O artigo apresenta parte dos resultados obtidos em pesquisa de dissertação de mestrado, realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

das *affordances* de Gibson (1977), ou seja, nas possibilidades comunicativas trazidas pelas características tecnológicas, estéticas e sociais do meio, que “influenciam quais padrões de interação social virão a ser mais dominantes que outros e como eles são enunciados” (Hjarvard 2015, p. 57).

Segundo dados de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2022), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a TV está presente em 95,5% dos 72,9 milhões de lares do país. O percentual é maior que o de lares que possuíam acesso à internet (90%), o que ressalta a força da televisão como fonte de informação. É fato que nos últimos anos, o acesso à internet vem crescendo. Segundo a mesma pesquisa, de 2019 para 2021 o número de residências com acesso à internet subiu de 82,7% para 90%, ao passo que a presença do aparelho de televisão nos lares teve queda de 96,3% para 95,5%.

Com a internet, o público tem acesso a diversos conteúdos informativos sem ligar a TV. Além disso, pode acessar os conteúdos de maior interesse, sem depender do que os canais de TV vão oferecer. Essa heterogeneidade da internet permitiu um fluxo mais amplo de informações e interações. As *affordances* (Gibson 1977) da internet são mais variadas e potentes. Com inúmeras possibilidades, as plataformas digitais causam grandes impactos na vida das pessoas. Por isso, o contexto da midiatização incorpora o ambiente digital. Para Mintz (2019), no âmbito da participação da mídia na vida social, a internet tem efeitos mais difusos e disformes. Consequentemente, as informações on-line – apuradas ou não, corretas ou não – passaram a ganhar crédito de grande parte da população.

Portanto, se em um contexto histórico a imprensa ganhou a fama de defensora dos interesses da população, com a ampliação das possibilidades de posicionamento do público, a própria sociedade passou a cobrar e monitorar os jornalistas. Para Iluska Coutinho, Jhonatan Mata e Gustavo Pereira (2020, p. 23), “se é em nome dos cidadãos que os jornalistas fiscalizam os três poderes e produzem cotidianamente os telejornais, seriam os telespectadores, em última análise, os garantidores da qualidade no telejornalismo”. Neste contexto, a internet passou a ser também um local de questionamentos acerca do trabalho dos telejornalistas; o internauta passou a questionar o que é elencado como notícia por meios tradicionais de comunicação.

Parte desses cidadãos assumem o papel de fiscalizadores da imprensa e, por isso, podem ser associados ao que se entende como “Quinto Poder”, expressão denominada por Willian H. Dutton e Elizabeth Dubois (2015, p. 52-53, tradução própria): “[...] assim como a imprensa criou o potencial para um quarto poder no século XVIII, a Internet está possibilitando um quinto estado no século XXI”. Para Dutton (2009, p. 4, tradução própria), “[...] indivíduos podem interagir com pessoas, informações, serviços e tecnologias de forma que sigam e reforcem seus interesses pessoais”.

Deste modo, para parte do público, acaba prevalecendo a convicção em detrimento a uma informação confiável, já que o internauta pode interferir nos conteúdos e compartilhar suas próprias produções. Coutinho, Mata e Pereira (2019, p. 77) afirmam que quarto e quinto poderes “colidirão devido às peculiaridades e potencialidades que

a Internet traz de divulgação de conteúdo livremente, com menos controle e principalmente romper a lógica do receptor como alguém que não interage e interfere nas produções [...]”

A atuação dos telejornais como uma arena ou expressão do “quarto poder” com cada vez mais frequência se contrapõe à prática de outros atores sociais, mais ou menos interessados, que colocam em circulação narrativas, audiovisuais sobretudo, com pretensão de verdade e muitas vezes elaboradas de forma a mimetizar os fazeres telejornalísticos. Tais discursos se assemelham ao conceito de pós-verdade, utilizado pela primeira vez pelo cineasta e dramaturgo Steve Tesich em um artigo para a revista *The Nation* em 1992. O autor definia a pós-verdade como uma inclinação à ideia de que a verdade não seria tão importante quanto o que se imaginava como verdadeiro. As convicções perpassam a realidade e circulam em seu lugar, julgadas como verdadeiras pelo simples fato de que podem ser compartilhadas.

Todos os ditadores até agora tiveram que trabalhar duro para suprimir a verdade. Nós, por nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual que pode despir a verdade de qualquer significado. De uma maneira muito fundamental, nós, como pessoas livres, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo pós-verdade (Tesich 1992, p. 12-13, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o real passa a ser “descredibilizado”, assim como os veículos tradicionais, que perderam o monopólio da verdade. Em um espaço onde nem todas as informações – ou a maioria delas – não são verificadas, o falso encontrou espaço. Mascaradas por valores-notícias e por componentes noticiosos utilizados pelos meios tradicionais, para parecerem legítimas, as notícias falsas ganharam propagação na internet. Na maioria das vezes, as *fake news* são utilizadas para disseminar interesses pessoais. A disseminação dos valores e das crenças ganha mais importância, em detrimento aos fatos, como aponta Rodrigo Seixas (2019).

[...] há sempre um movimento de construção retórico-discursiva em cima de paixões, valores e convicções dos diferentes sujeitos por parte dos sujeitos produtores desses discursos, com o intuito de persuadir tão simplesmente, sem uma relação necessária com a “verdade dos fatos”. [...] (Seixas 2019, p. 129).

Para Kovach e Rosenstiel (2003), o avanço da internet permitiu que qualquer internauta acredite e declare que está fazendo Jornalismo.

[...] as novas tecnologias de comunicações, com base num modem ou em um computador, permitem a qualquer pessoa proclamar que está “fazendo jornalismo”. [...] a tecnologia criou uma nova organização econômica no jornalismo, na qual as regras do ofício são espanadas e redefinidas, e às vezes abandonadas. Talvez, sugerem alguns analistas, a definição de jornalismo tenha sido superpopularizada pela tecnologia, de forma que qualquer coisa hoje é tida como jornalismo (Kovach, Rosenstiel 2003, p. 30).

Diante dessa atitude autoritária em reforçar ideologias próprias a qualquer custo, é importante analisar este contexto sob a ótica da violência simbólica, conceito de Pierre Bourdieu (1989). O sociólogo descreve esse processo como uma imposição de valores culturais. Ao ser colocada em prática, a violência simbólica legitima a cultura dominante, que acaba sendo imposta e neutralizada na sociedade, fazendo com que os indivíduos não tenham forças para se opor. Os efeitos desse tipo de violência tendem a ser mais psicológicos, mas podem acabar em violência física.

O JORNALISTA COMO PERSONAGEM: O PAPEL DO TELEJORNALISMO AO NOTICIAR OS ATAQUES À IMPRENSA

De 2019 para 2020, o número de ataques a jornalistas mais que dobrou, passando de 208 para 428, de acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). No ano seguinte, outro recorde foi registrado: 430 casos. Segundo o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil de 2021, o ano foi o mais violento desde o começo da década de 1990, quando a entidade iniciou a série histórica.

Depois dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que ficaram no topo da lista entre os mais agredidos, a maioria dos jornalistas violentados são trabalhadores de emissoras de televisão. Foram 94 jornalistas de TV agredidos, o que representa 25% do total de vítimas. Esses episódios acontecem nas ruas e na internet, onde também são promovidos.

Direito à informação e democracia são irmãos gêmeos (Bucci 2008). Em muitos dos episódios violentos contra a imprensa, os agressores tiveram como objetivo - em certos casos, concretizado - interromper a enunciação da notícia, desrespeitando o direito à informação - um alicerce da democracia. O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos² (DUDH) prevê o direito de "de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão". No Brasil, o direito à informação está previsto na Constituição Federal de 1988³. O inciso XIV do artigo 5º destaca que "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

O direito à informação tem relação direta com a prática da cidadania. A informação é um mecanismo essencial do Jornalismo para munir os cidadãos, de modo que os governos sejam escolhidos, monitorados e responsabilizados. Para Bucci (2008, p. 102), "se os homens e mulheres não tiverem acesso às informações sobre os seus próprios direitos e sobre a gestão da coisa pública, não estarão aptos a delegar o poder e, sem isso, a democracia se reduzirá a um teatro vazio, desprovido de vida própria".

De fato, são os cidadãos – munidos de informação – que delegam poder aos políticos. Mas, em muitos episódios de violência contra jornalistas e de cerceamento à imprensa,

² A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

³ A Constituição também assegura esse direito nos incisos IV e IX do artigo 5º.

são os próprios políticos – que deveriam garantir o cumprimento da Constituição e, logo, a liberdade de imprensa – que impedem o livre acesso à informação. Em alguns casos, esse papel de cerceamento é protagonizado por funcionários dos poderes constitucionais – Executivo, Legislativo e Judiciário. No episódio que é o ponto de partida deste artigo – conhecido como “Guardiões do Crivella” –, servidores públicos tentaram impedir o livre exercício de informar feito por jornalistas e, ao mesmo tempo, controlar o que deveria ou não ser noticiado sobre as ações do Executivo.

Para Bucci (2008), a imprensa não pode ser supervisionada pelo governo. O autor destaca um prejuízo à democracia, quando autoridades de governo não garantem a circulação de informação – seja ela proveniente de órgãos públicos ou de empresas privadas.

Onde há ingerência, direta ou indireta, de autoridades governamentais sobre a função de informar a sociedade, de estabelecer diálogos críticos, de mediar o debate público, de fazer fluir informações e opiniões, de publicar notícias sobre os temas de interesse público, não há plena vigência da liberdade de imprensa (Bucci 2008, p. 102)

Nesta perspectiva, Traquina (2005) defende que casos assim devem virar notícia. Para Traquina (2005, p. 75), "a infração das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável, e mesmo uma sugestão de impropriedade, tem noticiabilidade". A consideração deste valor-notícia na prática jornalística impulsionou a definição de quarto poder à imprensa - que teria a função de fiscalizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Diante do crescimento de casos de ataques e cerceamentos à imprensa, o jornalista virou notícia com mais frequência, invertendo uma máxima do campo profissional. Esse tipo de cobertura ganhou espaço no Jornalismo não só pelos desvios de conduta de lideranças políticas, mas, também, porque houve conflitos reais a serem noticiados.

Em uma reportagem telejornalística, um acontecimento ou assunto é abordado por meio da construção de um conflito narrativo, exibido nas telas. No entanto, essas narrativas produzidas podem partir, muitas vezes, de conflitos reais, intrínsecos nos acontecimentos. Assim, a narrativa se dá a partir de um conflito de verdade - e não somente construído. É o que Illuska Coutinho (2012) chama de conflito social real.

Se a presença de conflito narrativo seria o ponto de partida para a abordagem das matérias e do telejornal como um todo, também poderíamos tratar de um conflito que, para além da construção de dados, imagens, estaria nos próprios fatos e/ou informações tornados notícia, que poderíamos aqui denominar de conflito social real. (Coutinho 2012, p. 130).

Coutinho (2012) defende que a TV, com todas as suas características dramáticas, se constitui como um importante instrumento de informação. As narrativas construídas no Jornalismo de televisão se diferenciam dos dramas do cinema, sobretudo, diante da possibilidade de exibir uma representação da realidade do cotidiano. Portanto, na prática telejornalística, há a utilização de um texto organizado de modo a gerar um

impacto no telespectador. Iluska Coutinho (2012) destaca que, para além de analisar o texto e os meios cênicos empregados na encenação televisiva, é necessário olhar para a construção da narrativa e para os diferentes papéis assumidos na trama.

A noção de dramaturgia do telejornalismo compreende, para além dos aspectos de encenação e do caráter espetacular da atuação de seus profissionais, a organização das matérias editadas, em texto e imagem, de forma a oferecer ao telespectador o desenrolar das ações, vividas e experimentadas por meio da atuação de diferentes personagens colocados em cena (Coutinho 2012, p. 187).

Em uma trama telejornalística, assim como no teatro, há papéis como: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador e concorrentes. Esses personagens, elencados por Coutinho (2012), seriam assumidos pelas pessoas ou instituições que integram a reportagem, sejam elas entrevistadas/presentes em sonoras ou não.

“GUARDIÕES DO CRIVELLA”: O JORNALISTA COMO VÍTIMA E NARRADOR

Em 2020, o caso “Guardiões do Crivella” ganhou grande repercussão. Os telejornais RJ2 e Jornal Nacional (JN) noticiaram um esquema em que um grupo, organizado por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, impedia o trabalho da imprensa na porta de hospitais do Rio de Janeiro. Para entender o papel do Jornalismo na defesa da liberdade de imprensa, tomamos como escopo a reportagem exibida pelo JN em 31 de agosto de 2020.

Para analisar e compreender como este episódio foi noticiado, o método utilizado foi a Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Iluska Coutinho (2018). Sob a perspectiva de um novo olhar sobre os estudos de telejornalismo, a autora propõe uma análise da materialidade da narrativa audiovisual para além do texto ou do áudio, mas ancorada na observação das imagens descritas e seus enquadramentos. Numa perspectiva mais aprofundada, busca-se identificar, por exemplo, a existência de um conflito narrativo, de personagens e os papéis assumidos por eles na trama, o percurso narrativo dessa dramaturgia e a construção de um roteiro textual unido ao som e à imagem, as vozes que compõem o material bem como o uso de entrevistas e até o papel desempenhado pelos repórteres.

Para identificar com especificidade os elementos necessários para responder às questões do problema de pesquisa, Coutinho (2018) sugere a criação de uma ficha de leitura com eixos de avaliação: “é a partir dos eixos de avaliação que se articulam itens ou aspectos a observar, construídos eventualmente por meio de perguntas dirigidas ao objeto e/ou à sua experimentação audiovisual” (Coutinho 2018, p. 188). Para conseguir responder às demandas apontadas nesta pesquisa, três eixos foram definidos: “conflitos e lição de moral”, “imagem”, e “vozes”, detalhados no quadro um (1).

Quadro 1. Eixos de avaliação e perguntas de pesquisa a serem aplicados nas matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN entre 2020 e 2021.

Eixos avaliativos	Perguntas
CONFLITOS E LIÇÃO DE MORAL	<p>Qual o conflito apresentado?</p> <p>Qual o sentido produzido neste conflito? Qual a principal mensagem da narrativa?</p> <p>O telejornal apresenta o caso como sendo um ataque direto ao profissional ou à democracia? O foco está no jornalista ou na liberdade de imprensa?</p> <p>O telejornal se posiciona em defesa dos profissionais da imprensa?</p> <p>Qual é a imagem do Jornalismo retratada pelo telejornal na exibição deste material? É um Jornalismo a favor do cidadão? Em defesa da democracia?</p> <p>Há uma tentativa de mobilizar o telespectador em defesa do Jornalismo e dos profissionais? É um material com pouca mobilização?</p>
IMAGEM	<p>Houve registro audiovisual do caso?</p> <p>Houve exibição da imagem do caso no JN?</p> <p>Havia imagens do caso circulando em outras mídias?</p> <p>Houve opção do JN por não utilizar?</p> <p>Qual a procedência da imagem? Foi feita com a câmera da equipe? Foi feita por celular? Foi feita pelo telespectador?</p> <p>Quais os elementos utilizados na construção da narrativa?</p>
VOZES	<p>Quais são os personagens apresentados na narrativa? Existem vilões, vítimas, mocinhos?</p> <p>O jornalista foi apresentado como vítima?</p> <p>O jornalista foi ouvido?</p> <p>Quem teve espaço de fala?</p> <p>Alguma associação ou sindicato teve o posicionamento divulgado?</p> <p>A emissora se posicionou?</p>

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

A reportagem especial sobre o caso teve oito minutos e 37 segundos no JN. O nome “Guardiões do Crivella” faz referência ao então prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, o grande vilão da narrativa. Pelo conflito apresentado, funcionários da prefeitura da capital carioca estavam impedindo jornalistas de mostrar as queixas da população sobre os problemas na prestação do serviço de saúde na cidade. Para contar essa história, a equipe de reportagem utilizou diversos elementos audiovisuais. Sobretudo, flagrantes dos inúmeros episódios de cerceamento aos repórteres.

A reportagem exibiu duas entradas ao vivo que foram interrompidas em frente ao Hospital Rocha Faria: em um deles, a repórter entrevistava uma mulher, que reclamava da demora na transferência de um parente, quando precisou parar a conversa diante de inúmeros gritos com a expressão “globolixo”, sendo surpreendida por um dos agressores que invadiu a reportagem; em outra entrada ao vivo, o repórter também foi surpreendido por gritos. O jornalista Paulo Renato Soares, que realizou a

reportagem, aparece, em seguida, fazendo abordagens aos agressores, utilizando o microfone e a câmera da emissora para desmascarar os funcionários públicos. Paulo Renato os questionava sobre qual era o trabalho deles, a função e o que faziam ali. Houve uma tentativa de ouvi-los, mas a maioria dos agressores não se pronunciou. Alguns, na tentativa de cumprir o papel ali representado, defendiam que o poder público estava fazendo um bom trabalho.

Seus rostos foram frisados na tela e uma arte apresentou cargo e salário na prefeitura. Em seguida, a reportagem mostrou prints dos grupos de WhatsApp, por onde o esquema era organizado e onde os agressores “batiam ponto”, postando fotos para comprovar que estavam posicionados nos hospitais. A matéria também utilizou o recurso de entrevista sem identificação, apenas com a silhueta do entrevistado e com voz modificada, para exibir os relatos de um ex-participante dos grupos, que abordou como funcionava o esquema.

Essa narrativa representou, portanto, uma atuação do poder público no intuito de calar a imprensa e os cidadãos, para que os problemas do atendimento à saúde municipal não fossem abordados. O caso foi apresentado como um ataque direto à democracia e às liberdades de imprensa e de expressão, já que jornalistas e a população tiveram a fala cerceada por várias vezes. Apesar dos alvos terem sido os repórteres que tentavam fazer as entradas ao vivo nas ruas, o foco da reportagem não está na figura dos jornalistas, mas na liberdade de imprensa.

Os profissionais não foram ouvidos sobre os casos, mas o JN noticiou o posicionamento de entidades ligadas ao Jornalismo, que repudiaram os atos. Com a narrativa, o telejornal apresentou um Jornalismo, sobretudo, a favor do cidadão. Há uma tentativa clara de mobilização do telespectador, principalmente ao mostrar que não só a imprensa estava sendo calada, mas a própria população. O JN e a TV Globo, no entanto, não se pronunciaram oficialmente.

Como os flagrantes foram realizados pela própria emissora, a maioria das imagens utilizadas na matéria não haviam circulado em outras mídias. Foi possível notar, também, a presença de uma terceira câmera, captando a ação dos agressores ao mesmo tempo em que a equipe de reportagem trabalhava - assim, o telejornal garantia material audiovisual dos episódios. Apesar dos jornalistas serem representados como vítimas da narrativa, houve também o entendimento dos profissionais como os mocinhos da trama - heróis que desmascaram os cerceadores da imprensa e dos direitos da população. A prefeitura do Rio também foi ouvida pelo JN e, em nota, explicou que as ações tinham o objetivo de esclarecer a população e desmentir notícias falsas, para que, assim, ninguém deixasse de buscar por atendimento de saúde naquelas unidades.

O caso foi novamente relatado em outras três matérias, por mais dois dias seguidos. As reportagens trouxeram novos detalhes da ação dos agressores. Logo no dia seguinte, 1º de setembro de 2020, o telejornal mostrou que policiais civis cumpriram mandados de busca e apreensão contra os membros de grupos que intimidavam jornalistas e cidadãos na porta dos hospitais municipais do Rio de Janeiro. Também foi

noticiada a abertura de uma investigação por parte do Ministério Público, para analisar se houve prática de crimes pelo prefeito Marcelo Crivella.

Chama atenção o fato de que o JN mostrou o impacto de sua reportagem no desmonte do esquema: a matéria explicou, por meio de prints dos grupos de WhatsApp, que muitos integrantes saíram do aplicativo de mensagens assim que a primeira reportagem foi exibida. A segunda matéria sobre o caso também mostrou que, no dia seguinte à exibição da primeira reportagem, não houve nenhuma interrupção no trabalho dos repórteres em suas entradas ao vivo em frente aos hospitais da cidade. As imagens feitas pelas equipes da Globo mostraram o trabalho dos repórteres, sem interrupções.

O desfecho da reportagem chamou atenção: houve uma tentativa de mostrar o heroísmo do Jornalismo da Globo ao denunciar a ação. É como se as vítimas fizessem, também, o papel de mocinhos, apresentando um Jornalismo em defesa do cidadão. Também como produção de sentido da matéria, é possível citar que o JN deu ênfase no fato de que os agressores tiveram que responder pelos seus atos. O foco da narrativa foi o cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão.

Neste mesmo dia, 1º de setembro de 2020, logo após a repercussão policial do caso, o JN abordou as opiniões de juristas sobre a gravidade das atitudes e as possíveis punições aos funcionários públicos envolvidos. Um diferencial é que, pela primeira vez neste caso, um jornalista foi ouvido. Logo no começo da matéria, o repórter Helter Duarte, explicou que a manhã de cobertura jornalística em frente aos hospitais foi mais tranquila no dia seguinte à denúncia do JN e, em seguida, o jornalista Ben-Hur - um dos que eram atacados na porta das unidades de saúde - contou que ninguém apareceu nos locais para atrapalhar o trabalho dele: foi um depoimento breve, com microfone em punho, como se estivesse em seu espaço de fala. O intuito, no entanto, não foi detalhar como ele se sentiu perante os episódios, mas apenas para relatar a possibilidade da realização do trabalho de informar.

Em seguida, a narrativa explicou as possibilidades criminais para os envolvidos, por meio de entrevistas com dois professores de direito. Em frente à Câmara Municipal do Rio, o repórter Hélder Duarte explicou que o Legislativo abriu o processo de impeachment contra Crivella. A matéria exibiu um vídeo em que o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, criticou a limitação da imprensa e afirmou que a transparência é obrigação do agente público. A reportagem também abordou, por meio de arte, o posicionamento de entidades ligadas ao Jornalismo.

Como a reportagem abordou a punição, o foco estava, sobretudo, nos vilões da narrativa, os funcionários públicos agressores. Fica evidente um Jornalismo a favor do cidadão, sobretudo por exibir depoimentos de uma cidadã e de um jornalista.

Após as repercussões, o JN trouxe novas apurações sobre o caso no dia seguinte, em 2 de setembro de 2020. O conflito apresentado na narrativa era de que os funcionários públicos pagos para tentar calar cidadãos e profissionais de imprensa não se limitavam aos hospitais, mas atuavam em outros locais. A narrativa audiovisual continuou

abordando o trabalho da polícia, com imagens, feitas pela equipe de reportagem, do trabalho dos agentes que, desta vez, foram atrás dos envolvidos que estavam dentro do prédio da prefeitura. A matéria explicou que a chefe de gabinete do prefeito - apresentada como uma das vilãs da história - foi chamada para depor.

Após essa atualização policial do dia, a reportagem prosseguiu com as novidades da apuração do caso: novas fotos - sem autoria identificada - e um novo depoimento - exibido com a silhueta, sem identificação, e com o uso de modificação de voz - revelaram que os “guardiões do Crivella” acompanhavam a entrega de cestas básicas para se certificar de que mães de família fariam bem da prefeitura. A matéria evidenciou, por meio de fotos, que esses “guardiões” atuavam, também, em manifestações encomendadas pelo prefeito, em eventos, entregas de equipamentos públicos e até acompanhando Crivella em cultos religiosos.

AS VOZES DE UM PERSONAGEM E DE UM NARRADOR

Para ampliar os resultados desta pesquisa evidenciados por meio de referências bibliográficas e da Análise da Materialidade Audiovisual, realizamos entrevistas semiabertas com profissionais da TV Globo – emissora que foi alvo constante de ataques nos últimos anos e que trouxe à tona o escândalo envolvendo dinheiro público e protagonizado pelo então prefeito do Rio de Janeiro. Entrevistamos, para esta pesquisa, os jornalistas Paulo Renato Soares, responsável pela reportagem especial que denunciou o caso, e Ben-Hur Correia, uma das vítimas. A partir das entrevistas, foi possível compreender detalhes e bastidores da produção da reportagem especial. Para flagrar os servidores públicos na ação ilícita, a Globo forjou uma reportagem em frente a um hospital. Em um trecho da matéria, o repórter Paulo Renato apontou alguns dos envolvidos no esquema (figura 1).

Figura 1. Paulo Renato Soares apontando os autores das interrupções de reportagens.



Fonte: Globoplay. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Os intimidadores obedeciam a uma escala rígida de horário, com direito a “ponto digital” por meio de selfie no local onde deveriam impedir a ação da imprensa (figura 2). Para o repórter Paulo Renato, a utilidade pública de dar voz às reclamações da população na porta dos hospitais sustentou a produção desta reportagem.

Quando alguém ataca a imprensa, está atacando também os próprios eleitores dele, no caso de políticos ou de gestores públicos, no caso de interesse público, e que seja de empresas privadas. Você tem uma violência contra a população da sua cidade, do seu estado, do seu país. Então, cercear a informação, cercear o trabalho da imprensa, na minha opinião, é você cercear informação às pessoas, à população. Então isso é inadmissível. Não há de se tolerar isso na democracia. Mas é muito comum (Soares 2023).

Figura 2. Guardiões do Crivella comprovando o trabalho contra a imprensa por meio de fotos.



Fonte: Globoplay. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Paulo Renato explica que, para além dos ataques aos repórteres, o foco da reportagem estava no impedimento do exercício da profissão. Para ele, os profissionais ficavam indignados não por serem alvos, mas pela impossibilidade de fazer o trabalho primordial de informar.

[...] você acorda às 3h da manhã, 3h30 da manhã na sua casa, vai lá para a porta do hospital. E era pandemia. Você está querendo dar informação para as pessoas, você tá querendo cumprir o seu ofício. Quando você entra na faculdade, você pensa: “eu quero ser um agente social, eu quero trabalhar com isso”. E aí você é cerceado, às vezes você é agredido. O repórter chega lá na redação e eu entendo isso. Mas mesmo eles, estavam mais bravos em não poder fazer o trabalho deles e não pelo que eles estavam sofrendo (Soares 2023).

O repórter Ben-Hur Correia foi um dos atacados nas portas dos hospitais no Rio de Janeiro (figura 3). O jornalista conta que o caso, organizado por lideranças políticas, estimulava outros episódios agressivos por parte da população.

Esse caso eu acho que é muito paradigmático pelo momento que a gente estava vivendo. Quer dizer, você empregar recursos públicos contra uma emissora, não eram para todas as emissoras, era para uma emissora específica. E direcionando o ódio da população para ali. A partir do momento que às vezes eles viam um, dois ou três xingando, pessoas por perto se sentiam à vontade para vir também, para agredir. Isso legitimava a agressão dos outros. Mas também tinha gente que vinha defender, era bem curioso (Ben-Hur 2023).

Figura 3. Repórter Ben-Hur Correia durante entrada ao vivo em que foi interrompido.

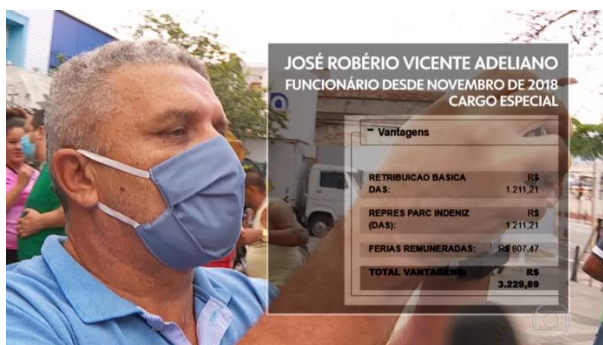


Fonte: Globoplay. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Ben-Hur explica que a equipe, após perceber a frequência dos ataques, passou a registrar as interrupções e as ameaças, inclusive com o auxílio de uma segunda câmera. O esforço de documentar diariamente o que estava acontecendo se somou ao trabalho da produção, que levantou informações sobre cargos e salários dos suspeitos, apresentadas na reportagem por meio de arte (figura 4). O repórter explica que a produção conseguiu, a partir de um ex-participante do grupo Guardiões do Crivella, uma tabela com os nomes dos envolvidos. A reportagem demonstra o foco da imprensa em denunciar episódios de cerceamento aos jornalistas.

Antes de tudo era uma resposta que a gente dava ao poder público e a agentes públicos que estavam cerceando as pessoas. [...] a gente tinha esse material gravado e o editor-chefe falou assim: “precisamos fazer isso” e aí eu falei “precisamos, mas precisamos registrar como se fosse ao vivo. Eu, lá, passando por isso”. Eu fiquei dois dias registrando. [...] Isso já é notícia desde o primeiro momento que aconteceu, principalmente porque era nos ao vivos. O que fomos descobrindo depois é que isso acontecia de maneira sistemática e organizada. [...] E aí começou um trabalho de produção, a produção conseguiu fontes que deram informações de quem eram essas pessoas, como se fosse um trabalho investigativo para descobrir onde essas pessoas trabalhavam. E aí foi um trabalho de muita apuração, muita produção, pra conquistar a fonte. Conquistou até pessoas que trabalharam com isso e deixaram de fazer, então a produção foi muito perspicaz nos contatos, foi muito inteligente, foi muito eficiente, para poder montar essa estrutura toda (Soares 2023).

Figura 4. Arte exibida na reportagem, contendo nome, cargo e salário de agressores.



Fonte: Globoplay. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Durante a abordagem, a equipe de reportagem utilizou a câmera e o microfone para confrontar os agressores (figura 5). O repórter Paulo Renato explicou que esse método de abordagem só foi possível porque a equipe tinha certeza do esquema e estava embasada em informações, para confrontar os agentes públicos que estavam no local. Para ele, só assim seria possível direcionar o microfone aos agressores, questionando-os sobre suas ações ilícitas - pelo fato de estarem recebendo salários para cercar a imprensa e os cidadãos.

Eu queria desmascará-los, e eu precisava ser firme com eles porque eu não sei nem com o tipo de gente que eu estava lidando. Então eu queria desmascarar e eu acho que eu consegui. [...] o cinegrafista também chegava com a câmera para cima deles. Eu disse: “Você vai mostrar seu rosto, agora mostra seu rosto, você não tá aqui o tempo todo? Agora você diz quem você é, o que que você faz, eu quero ver se você vai fazer isso agora”. A palavra pra gente era desmascarar (Soares 2023).

Figura 5. Paulo Renato Soares abordando agressor com câmera e microfone.



Fonte: Globoplay. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Os envolvidos não foram só desmascarados, mas também investigados, depois da exibição da reportagem. O caso também gerou um processo de impeachment contra o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, que acabou permanecendo no cargo.

Agora o que eu acho mais interessante é que gerou um processo de cassação. Por mais que não tenha chegado a caçar o prefeito, isso gerou um processo de cassação dentro da Câmara de Vereadores, e o Ministério Público investigou. Tanto que no final do ano passado, eu, Paulo Renato e Natalia [repórter da TV Globo], a gente teve que prestar depoimento à justiça, com eles do lado, com os advogados do prefeito do lado de alguns caras, então isso ainda está acontecendo, principalmente por quê? Porque a gente tinha desvio de finalidade, improbidade administrativa, são vários crimes cometidos no mesmo ponto e tudo direcionado para o jornalista, para agressão ao jornalista (Ben-Hur 2023).

Um fato curioso é que a reportagem já havia sido exibida no telejornal local RJ2 naquele mesmo dia e a apuração foi compartilhada, na mesma redação, com os responsáveis pelo JN, que decidiram exibir o material no principal telejornal da TV aberta do Brasil. Para Bem-Hur, “dar no JN também seria uma resposta institucional”. Tamanho peso desta matéria para o Jornalismo da Globo ficou evidente, também, em outro episódio ocorrido dentro da emissora no dia em que a reportagem foi ao ar. De acordo com Paulo Renato Soares, a exibição da reportagem foi interrompida por um problema técnico durante o RJ2 e a programação precisou ser acionada, liberando um tempo incomum para o Jornalismo para a reexibição do material em sua totalidade. Essa resposta do Jornalismo da Globo enfatizou a posição da emissora em defesa da liberdade de imprensa e dos interesses da população.

CONCLUSÕES

O caso “Guardiões do Crivella” evidenciou o protagonismo da internet no fortalecimento de convicções e ações dos indivíduos, e no tensionamento com as notícias elencadas pelo telejornalismo. Na esteira de episódios frequentes de ataques à imprensa, sobretudo com motivações políticas, o esquema foi organizado pela internet. Além disso, os agressores proferiram ofensas e praticaram atos que foram frequentemente utilizados nos últimos anos, e que foram fortalecidos no meio virtual.

Diante dos episódios frequentes, que caracterizaram um esquema organizado contra as equipes de reportagem da TV Globo no Rio de Janeiro, a redação da emissora fez com que o caso virasse notícia. A equipe de Jornalismo evidenciou a consideração de valores-notícia, que foram critérios de noticiabilidade para o caso. A cobertura jornalística foi uma resposta do Jornalismo aos atentados contra a liberdade de imprensa e à democracia. A narrativa evidencia, portanto, que o poder executivo do Rio de Janeiro, eleito democraticamente com o dever de defender as regras constitucionais, atuou no intuito de calar a imprensa e os cidadãos.

O objetivo dos cerceadores foi impedir que os jornalistas exercessem a missão de dar voz à população. Fica evidente, também, o apelo do telejornal à população, sobretudo ao chamar atenção para o fato de que um canal de reclamações sobre serviços públicos estaria na mira dos cerceadores.

No escopo da Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho 2012) e da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho 2018), os repórteres assumiram, nesta trama, novos papéis: de mediadores da informação, passaram a ser vítimas e também heróis, por denunciarem as ações violentas contra colegas de Jornalismo.

O repórter vira notícia. No entanto, de acordo com os profissionais da emissora e sob a ótica da análise, o objetivo da narrativa foi denunciar o ferimento à liberdade de imprensa, sem foco na figura do Jornalista. O profissional, inclusive, teve pouco espaço de fala, evidenciando que o Jornal Nacional (JN) teve como foco a defesa do Jornalismo. Mesmo o telejornalismo tendo a história de um personagem como mote

para as narrativas, o jornalista vitimado não teve espaço para dar seu depoimento sobre a violência recebida.

Para a construção desta narrativa, a equipe de reportagem utilizou diversos elementos audiovisuais. Sobretudo, flagrantes dos inúmeros episódios de cerceamento aos repórteres. O jornalista Paulo Renato Soares, que realizou a reportagem, confrontou os agressores (funcionários públicos) utilizando o microfone e a câmera. Tal cena evidencia o poder do Jornalismo audiovisual no enfrentamento às ações de descredibilização da imprensa e da própria democracia. Os elementos gráficos utilizados na narrativa, de modo a expor as informações dos agressores, também contribuíram para o fortalecimento da denúncia.

O JN repercutiu o caso em outras reportagens, de modo a mostrar o impacto da denúncia exibida pelo jornalístico. Depois da veiculação da primeira reportagem, o Ministério Público abriu investigação sobre o caso, integrantes do esquema saíram dos grupos de WhatsApp, os repórteres não foram mais cerceados pelo grupo, e a Polícia Civil cumpriu mandados de busca, apreensão e prisão em um inquérito sobre os episódios. Tudo isso foi evidenciado pelo JN, em uma tentativa de mostrar o heroísmo do Jornalismo da Globo, sobretudo em defesa do cidadão.

Portanto, do mesmo modo que, na visão dos profissionais, os episódios estimulavam novas ações agressivas contra a imprensa, a cobertura jornalística do caso no principal telejornal de TV aberta do Brasil foi uma resposta institucional em defesa da atuação dos jornalistas e da liberdade democrática.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre, 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel.

BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* [em linha]. Constituição de 5 out. 1988 [Acesso em 7 novembro 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BUCCI, Eugênio, 2008. Direito de livre expressão e direito social à informação na era digital. *Revista do Programa de pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero* [em linha]. dez. 2008. no. 22, p. 101-108. [Acesso em 7 novembro 2023]. ISSN 15173283. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/568/540>

CORREIA, Ben-Hur. *Entrevista concedida a Gabriel Landim de Souza*. Juiz de Fora, 26 jan. 2023.

COUTINHO, Iluska, 2012. *Dramaturgia do Telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG*. Rio de Janeiro: Mauad X.

COUTINHO, Iluska, 2018. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual - da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. Em: Cárilda EMERIM, Iluska COUTINHO e Cristiane FINGER (orgs.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Coleção Jornalismo Audiovisual. V. 7. Florianópolis: Insular, p. 175-194. ISBN 9788552400967

COUTINHO, Iluska, MATA, Jhonatan, e PEREIRA, Gustavo, 2019. The media between the fourth and fifth power/state: analysis of the second round of the 2018 presidential elections in Brazil. *Sphera Publica* [em linha]. 2019. vol. 1, no. 19, p. 72-90. [Acesso em 4 abril 2022]. ISSN 1576-4192. Disponível em: <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/369/14141439>

COUTINHO, Iluska, MATA, Jhonatan, e PEREIRA, Gustavo, 2020. Democracia e qualidade no jornalismo audiovisual: diálogos TV-internet e o quinto poder. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia* [em linha]. 2020. vol. 17, no. 1, p. 20-31. [Acesso em 4 abril 2022]. DOI 10.5007/1984-6924.2020v17n1p20. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n1p20>

DUTTON, William H. e DUBOIS, Elizabeth, 2015. The Fifth Estate: a rising force of pluralistic accountability. Em: Stephen COLEMAN e Deen FREELON, eds. *Handbook of Digital Politics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. 51-66. DOI 10.4337/9781782548768. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=p-t-BR&lr=&id=eN4WCQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA51&dq=fifth+estate&ots=R2jZ-vr5G5b&sig=iT_GXkmKkhWlzRlaTft8Js9OjBc#v=onepage&q=fifth%20estate&f=false

DUTTON, William H., 2009. Through the Network (of Networks) – the Fifth Estate. *Journal Prometheus - Critical Studies in Innovation* [em linha]. 2009. vol. 27, no. 1. [Acesso em 4 abril 2022]. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1134502

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2021. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020* [em linha]. Brasília, 2021 [Acesso em 1 abril 2022]. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2022. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021* [em linha]. Brasília, 2022 [Acesso em 1 abril 2022]. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>

GIBSON, James J., 1977. The theory of affordance. Em: Robert SHAW e John BRANSFORD, eds. *Perceiving, acting, and knowing: toward an Ecological psychology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 67-82. ISBN 9781138205055

HJARVARD, Stig, 2012. Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES* [em linha]. jan./jun. 2012. vol. 5, no. 3, p. 53-91. [Acesso em 4 abril 2022]. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/38327>

HJARVARD, Stig, 2015. Da mediação à miatização: a institucionalização das novas mídias. *Parágrafo* [em linha]. jun./dez. 2015. vol. 3, no. 2, p. 51-62. [Acesso em 4 abril 2022]. ISSN 2317- 4919. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331/339>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019* [em linha]. Rio de Janeiro, 2021.

[Acesso em 16 março 2022]. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

JORNAL NACIONAL, 2020 e 2021. Globoplay. [Acesso em 11 julho 2023]. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/>

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, 2003. *Os Elementos do Jornalismo*. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial. ISBN 9788575090732

MINTZ, André, 2019. Miatização e plataformização: aproximações. *Novos Olhares* [em linha]. vol. 8, pp. 98-109. [Acesso em 17 março 2022]. DOI 10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>

PEREIRA, Gustavo e COUTINHO, Iluska, 2020. Circulation of News and Digital Media: The Conflicts Between Fourth and Fifth Estate in the Second Round of the Brazilian Presidential Elections of 2018. Em: Marc-François BERNIER e Pascal GUENEE, orgs. *5th World Journalism Education Congress Proceedings*. 1th ed. Vol. 5, p. 106-117. Paris: World Journalism Education Congress. ISBN 9782957178605. Disponível em: https://www.wjec.paris/wp-content/uploads/2020/05/WJEC_proceedings_V2_Final.pdf

SEIXAS, Rodrigo, 2019. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. Em: *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação* [em linha]. abr. 2019. no. 18, pp. 122-138. [Acesso em 17 março 2022]. DOI 10.17648/eidea-18-2197. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197/1747>

SOARES, Paulo Renato Soares, 7 fev. 2023. Entrevista concedida a Gabriel Landim de Souza. Juiz de Fora.

TESICH, Steve, 1992. A government of lies (political ethics). *The Nation* [em linha]. no. 254, p. 12-13.

TRAQUINA, Nelson, 2005. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.